

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

O arquivo completo, com os anexos citados na peça, será encaminhado ao e-mail da Comissão, para análise completa da presente comissão

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO MUNICIPAL E PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE NOVA FRIBURGO (RJ)

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 224/2023

OK BIOTECH COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ODONTO-MEDICO HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.441.185/0001-17, com sede na Avenida Gupe, 10767 – Jardim Belval - CEP 06422-120 - São Paulo/SP, (doc. 01 – contrato social), neste ato representada por sua representante legal, Sra. Fernanda Jacintho Augusto, vem, respeitosamente, com fundamento no artigo 10 da Lei Nº 14.133/2021, apresentar RECURSO, dentro do prazo legal, em face da r. decisão que declarou a desclassificação desta no certame supra indicado, pelas razões de fato e direito a seguir expostas.

I –

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Foi aberto o presente processo licitatório (Pregão Eletrônico nº 224/2023) do Município de Nova Friburgo/RJ, visando o fornecimento de tiras de glicemia, lancetas e seringas, para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertão, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 12 (doze) meses.

A sessão se iniciou em 19/12/2023, sendo convocada a empresa Recorrente. Acontece que, a mesma foi desclassificada sem razão explícita no Portal. Diante disso, a Recorrente indagou sobre os motivos de tal desclassificação e houve o pronunciamento nos seguintes termos (doc.2):

- Tiras embaladas de forma individual.
- Aparelho solicita número de código de tiras, dizendo que o paciente terá que mudar o código manualmente.

No entanto, não há razão para a desclassificação desta licitante, conforme será exposto no decorrer da presente peça.

II –

CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

A empresa Impugnante faz constar o seu pleno direito a apresentação do presente Recurso devidamente fundamentado pela legislação vigente, normas vigentes no país e regras do Edital.

Importante destacar, consoante o princípio da autotutela administrativa, que a Administração Pública pode rever seus próprios atos, quando ilegais, inconvenientes ou inoportunos. De modo a reforçar esta prerrogativa, o Supremo Tribunal Federal editou a súmula nº 473, estabelecendo que:

Súmula 473: a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Outrossim, nota-se que o Edital é claro quanto a possibilidade de apresentação de recurso contra decisões do Pregoeiro, em seu item 23, sendo assim, não restam dúvidas acerca do cabimento do presente recurso, bem como sua tempestividade.

III –

RAZÕES DO RECURSO

III.1 –

DESCCLASSIFICAÇÃO

Inicialmente, é imprescindível ressaltar que a informação desclassificatória apresentado não se assemelha a um laudo de análise dos monitores GlucoLeader Enhance encaminhados como amostras. Ademais, demonstra não ter observado devidamente o Manual (doc.3) e Bula (doc.4), bem como os demais documentos enviados por esta licitante, diga-se de passagem, a tempo e modo (doc.5). Ao passo que, o referido parecer limita-se a meros dizeres, sem fornecer detalhes específicos, resultados obtidos ou qualquer fundamentação legal pertinente.

Observa-se que a desclassificação se fundamentou na alegação de que as tiras foram acondicionadas individualmente e, eventualmente estariam em desacordo com o edital (doc.6). Entretanto, em relação a tal assertiva, importa relembrar que a Recorrente participou exclusivamente do Item 1, no qual não se requer a embalagem individual das tiras. Essa particular solicitação refere-se exclusivamente ao Item 2, destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, segmento do qual a Recorrente não fez parte devido a suas características. Assim, ressalta-se a impropriedade da desclassificação com base em requisito inaplicável ao objeto da Recorrente, reforçando a fundamentação para revisão da decisão proferida.

Além disso, em relação à alegação de que o aparelho exige um código para as tiras, com a indicação de que o paciente deve alterar manualmente esse código, ressalta-se que tal informação carece de veracidade. Na época do

pregão, os documentos do GlucoLeader foram devidamente atualizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sem qualquer menção a essa condição específica (doc. 7). Ademais, é importante destacar que o edital em questão não estabelece requisitos relativos à inclusão de chip ou código para o funcionamento do aparelho. Nesse contexto, a alegação em pauta carece de base normativa e técnica, não encontrando respaldo nos termos do pregão e, portanto, merece ser devidamente reavaliada no intuito de assegurar a justiça e conformidade com as disposições legais pertinentes.

Um aspecto adicional que merece destaque é a existência de um documento emitido pela própria Prefeitura, intitulado "Laudo de Aceitabilidade" (doc.8), no qual se verifica a aprovação do produto desta Recorrente. Ao passo que, o laudo atesta, de maneira explícita, que o produto em questão atende integralmente às especificações delineadas no edital. Tal circunstância se revela, no mínimo, conflituosa.

Nesse sentido, o próprio laudo, emanado pela autoridade competente, constitui uma evidência substancial que respalda a conformidade do produto com as exigências do certame. Nesse contexto, torna-se imperativo analisar a coerência entre o referido laudo e a decisão que resultou na desclassificação, a fim de evitar incongruências e assegurar a lisura do processo licitatório. A contradição entre o laudo de aceitabilidade e a desclassificação merece, portanto, uma revisão criteriosa para garantir a equidade e a aderência aos preceitos legais.

Vale destacar que a decisão de desclassificação da Recorrente, ao conflitar com um laudo oficial, deveria conter motivação específica, sob pena de violação da Lei e consequente nulidade. É neste sentido que dispõe o art. 50, VII, da Lei 9.784, senão veja-se:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

Assim, é evidente que a desclassificação da Recorrente se mostra ilegal, na medida em que, sem qualquer motivação fundamentada, discrepa do laudo oficial, que admite ser o produto da Recorrente totalmente aderente às disposições do edital.

Posto isto, é válido salientar que a ANVISA, por meio do único laboratório homologado no país para tal propósito, a FIOCRUZ/INCQS, realizou uma análise detalhada dos produtos GlucoLeader, atendendo a uma solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro. Conforme comprovado pelo documento anexo (doc.9), o sistema GlucoLeader Enhance, ofertado por esta licitante neste certame, foi integralmente aprovado pela ANVISA. A relevância desta análise realizada pela única instituição homologada pelo Ministério da Saúde do País não pode ser desconsiderada.

A bem da verdade, é imperativo reconhecer a validade e confiabilidade da análise conduzida pela ANVISA nos produtos em questão. Portanto, não há justificativa para contestar um parecer que possui evidências substanciais e que é respaldado por uma avaliação realizada pela máxima autoridade sanitária do país. Ademais, torna-se imprescindível apreciar e interpretar os documentos ora apresentados a tempo e modo, eis que as informações são devidas e claras quando a conformidade com os termos previstos no edital.

Desta feita, ratifica-se a integral conformidade do produto GlucoLeader Enhance com as normativas pertinentes e solicitamos, respeitosamente, a revisão da decisão de desclassificação, considerando os argumentos apresentados e a análise positiva da ANVISA.

III.2 –

OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO PROCESSO LICITATÓRIO

Reiterando as ponderações anteriormente expostas, o produto ofertado pela Recorrente cumpre todas as exigências do edital e, além disso, está em conformidade com as normas legais.

Nesse sentido, torna-se imprescindível ressaltar que a manutenção da decisão, respaldada no mencionado parecer, comprometerá de forma substancial os alicerces essenciais que regem o processo licitatório, de modo que, ofenderá os princípios fundamentais do processo licitatório, senão vejamos:

☐ Princípio da competitividade e economicidade: esses princípios objetivam a contratação de proposta mais vantajosa à Administração, portanto, não é permitida a adoção de medidas que comprometam o caráter competitivo do certame. Se houver a desclassificação da Recorrente diante de informações infundadas, o município se verá obrigado a adquirir produtos que não atendam as exigências ou será considerada vencedora empresa que não apresentou a melhor proposta/menor preço, o que acarretará prejuízos à Administração Pública;

☐ Princípio da vinculação ao Edital: esse princípio preconiza que os concorrentes e a Administração Pública devem respeitar exatamente o que dispõe o Edital. No presente caso, restou demonstrado que o produto ofertado pela Recorrente atende todas as exigências contidas no Edital. Além do mais, eventual desclassificação da mesma configuraria desrespeito ao Edital, que dispõe sobre a contratação de empresa por menor preço.

☐ Princípio da proporcionalidade e razoabilidade: segundo o Procurador Geral Lucas Rocha Furtado, deve haver uma proporcionalidade entre os meios utilizados pela Administração Pública e os fins que ela tem que alcançar e a proporcionalidade não deve ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto. No presente caso, a classificação da Recorrente é proporcional e razoável diante do fato: o produto cumpre todos os requisitos do Edital. A empresa Recorrente foi desclassificada com base em equívocos, eis que, as testagens das amostras do produto foram feitas, o que demonstra que tanto o produto quanto a proposta, são adequados para o município.

☐ Princípio do interesse público: no presente caso, tal princípio deve ser aplicado no sentido de que: a Administração Pública deve priorizar a escolha da proposta mais vantajosa, para que não sejam acarretados prejuízos ao município e ao público em geral.

☐ O princípio da Legalidade, que demanda do administrador público a estrita observância das normas legais e editalícias, destaca-se como uma diretriz fundamental para a condução adequada do certame. Ao passo que, o referido parecer, ao apresentar lacunas, imprecisões e equívocos em sua fundamentação, não condiz com os padrões técnicos e legais esperados em um procedimento licitatório.

☐ O princípio da Impessoalidade, por sua vez, preconizando a igualdade de tratamento entre os participantes, torna-se questionável que a manutenção da decisão de desclassificação desta Recorrente, sugere, ainda que inadvertidamente, um favorecimento que destoa da equidade essencial no processo de seleção.

Diante de todo o exposto, restam-se afastadas as alegações infundadas da decisão que desclassificou esta

Recorrente, visto que o produto ofertado, da marca Ok Biotech Co., LTD, atende todas as exigências do Edital.

Frente ao presente cenário, impera a necessidade de que a revisão da decisão seja conduzida com a máxima diligência, garantindo a observância rigorosa dos princípios basilares do processo licitatório, os quais devem ser resguardados, assegurando a integridade e transparência inerentes a esse procedimento.

IV – PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se, fundamentado nos dispositivos legais da Lei nº 8.666/93, o acolhimento, exame minucioso e aceitação da presente peça, com o propósito de que a desclassificação da empresa ora representada seja submetida a uma revisão detalhada e, conseqüentemente seja a mesma afastada com a devida classificação desta. A solicitação visa proporcionar à mencionada empresa a oportunidade de êxito no processo licitatório, alinhando-se com os princípios da legalidade, isonomia e ampla defesa previstos na legislação de regência.

Nestes termos,
pede deferimento.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2024.

OK BIOTECH COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO.

Fernanda Jacintho Augusto

Sócia - Administradora

RG nº 21.868.409-5/SSP-SP

CPF nº 186.991.168-70

Fechar